UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL

GESTÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DO CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL PARA A INCLUSÃO SOCIOEDUCATIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Cristiane Posser da Silva

Sapiranga, RS, Brasil 2014

GESTÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DO CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL PARA A INCLUSÃO SOCIOEDUCATIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

por

Cristiane Posser da Silva

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de

Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Eliziane Tainá Lunardi Ribeiro

Sapiranga, RS, Brasil

Universidade Federal de Santa Maria Centro de Educação Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Especialização

GESTÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DO CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL PARA A INCLUSÃO SOCIOEDUCATIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

elaborada por Cristiane Posser da Silva

como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Eliziane Tainá Lunardi Ribeiro, Ms. (Presidente/Orientador)

Celso Ilgo Henz, Dr. (UFSM)

Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermmann, Ms. (UFSM)

Sapiranga, 29 de novembro de 2014.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

GESTÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES DO CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL PARA A INCLUSÃO SOCIOEDUCATIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

AUTORA: CRISTIANE POSSER DA SILVA ORIENTADOR: ELIZIANE TAINÁ LUNARDI RIBEIRO Data e Local da Defesa: Sapiranga/RS, 29 de novembro de 2014.

Este estudo tem por temática o Currículo Funcional Natural, desenvolvido na perspectiva da Gestão Democrática. Para tanto, neste trabalho foram abordadas as fases de gerenciamento das escolas ao longo dos anos, até o atual modelo de Gestão e como este se consolida no Ensino Especial. Também são discutidos neste estudo os termos chave que embasam este trabalho, com o intuito de promover uma discussão demonstrando ao leitor a relevância da pesquisa e que todos estes termos estão intrinsecamente ligados. Corroborando assim, para o entendimento da relevância do desenvolvimento do Currículo Funcional Natural na perspectiva da Deficiência. Para o desenvolvimento deste estudo, foi usada como metodologia a aplicação de questionários abertos, com o intuito de coletar dados que auxiliaram no alcance do objetivo traçado, de compreender quais as contribuições do Currículo Funcional Natural, da Escola de Excepcionais Raio de Sol/APAE, do município de Lages, localizado no Estado de Santa Catarina, para o desenvolvimento Socioeducativo e Inclusão de pessoas com Deficiência na sociedade. A partir da análise conclui-se que o Currículo Funcional Natural nos espaços de Ensino Especial, configura-se como um fator essencial e de extrema relevância no âmbito da Deficiência e, além disso, tem auxiliado e estimulado a melhora progressiva da qualidade de vida dos educandos com Deficiência, promovendo assim continuamente sua Inclusão Socioeducativa nos diversos espaços da sociedade.

Palavras-chave: Gestão democrática. Aprendizado para a vida. Ensino Especial.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCATIONAL MANAGEMENT: CONTRIBUTIONS OF NATURAL FUNCTIONAL CURRICULUM FOR INCLUSION OF PERSONS WITH SOCIOEDUCATIONAL DISABILITIES

AUTHOR: CRISTIANE POSSER DA SILVA ADVISER: ELIZIANE TAINÁ LUNARDI RIBEIRO Defense's Place and Date: Sapiranga/RS, November, 29, 2014

This work has for thematic the Natural Functional Curriculum, developed on Democratic perspective. Was addressed the historic and present phases of educational management, and how it consolidates in Special Education. Also are discussed the key terms that supported this work with the objective to contributes to better understanding the importance of Natural Functional Curriculum. The methodology used for this study was the use of semistructured questionnaires in order to collect data that helped in achieving the objective set out to check how the contributions of the Natural Functional curriculum for the socioeducational development and social inclusion for disabilities persons on School for exceptional, Raio de Sol/APAE, of Lages localized on Santa Catarina state. This work allowed the conclusion that the natural functional curriculum for Special Education appears as a key factor and is extremely relevant in the context of disability and has aided and encouraged the progressive improvement of the quality of life for students with disabilities, as well continually promoting the social inclusion these members of society.

Keywords: Democratic management. Learning for life. Special education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO	12
2.1. Olhar investigativo da pesquisa	12
3. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO	
BRASILEIRA	17
3.1 Gestão Democrática na perspectiva do Ensino Especial- APAE's	21
4. CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL: RELAÇÃO ENTRE	
DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO SOCIOEDUCATIVA	26
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS "POSSÍVEIS"	48
7. REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	55
ANEXO A- Carta de apresentação	56
ANEXO B- Questionários semiestruturados para os professores efetivo	S
professores contratados em caráter temporário e coordenadores	
pedagógicos	58
ANEXO C- Termo de consentimento livre e esclarecido	60

INTRODUÇÃO

Avanços nas discussões em prol de uma educação igualitária e de qualidade têm provocado transformações no cenário educativo brasileiro e consequentemente na sociedade. Essas transformações estão sendo estimuladas pelas exigências e necessidades que a nova parcela da população demanda, ou seja, as crianças, jovens e adultos com Deficiência, que a partir de meados da década de 70 passaram a ter seus direitos a Educação reconhecidos. De acordo com Campos e Martins (2008, p. 230), com o surgimento de Leis começa-se a compreender que a "escolarização dos alunos deficientes é antes de mais nada um direito". E ainda, completam "Hoje, a população escolar deve ser entendida como heterogênea, onde cada indivíduo é diferente do outro, ou seja, todos os indivíduos têm, 'Necessidades Específicas de Educação'". (CAMPOS E MARTINS, 2008, p.230).

Em continuidade ao reconhecimento dos direitos das pessoas com Deficiência, tem-se na História da Educação, como ponto de referência da preocupação com o acesso a Educação por todos, à Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que ficou conhecida como Declaração de Jomtien de 1990. Esta Declaração vem relembrar que a Educação é um direito fundamental de todos independente da etnia, da idade, do sexo, da cor, salientando ainda que "a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social." (DECLARAÇÃO DE JOMTIEN, 1990, p.3)

Dessa forma, pensando e refletindo sobre o propósito desta Conferência, que exatamente quatro anos mais tarde, é chegado o momento de pensar sobre a Educação para pessoas com Deficiência, com a Declaração de Salamanca de 1994, em que se reafirmou o comprometimento da efetivação de uma Educação para Todos. A partir desta Declaração se reconhece que crianças, jovens e adultos com Deficiência, seja esta de ordem física, sensorial ou intelectual, são capazes de aprender dentro de seu ritmo, que possuem interesses educacionais e que tem possibilidades de desenvolverem suas aprendizagens. Para tanto cabe salientar, que o meio educativo em que estes sujeitos fazem-se presentes, tem um papel fundamental para/na construção do seu ensino-aprendizagem. Conforme o descrito na Declaração de Salamanca (1994)

- [...] aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; [...]. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA-Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, p.1)

Nesta perspectiva de pensar e refletir a Educação sobre um olhar inclusivo em prol da efetivação do acesso educacional, do ingresso e permanência no ambiente escolar de crianças, jovens e adultos com Deficiência possibilitando assim o exercer pleno dos seus direitos, é que se consolida a preocupação com o ensino-aprendizagem destas pessoas. Assim como, a modificação do olhar sobre as capacidades e possibilidades destes sujeitos perante sociedade, que passa a configurar sua aceitação, como seres ativos, pensantes e produtivos socialmente.

Por isso, nesta perspectiva reafirma-se a relevância da organização didáticopedagógica do espaço escolar, da demanda de um conjunto de ferramentas pedagógicas e ações que articuladas delineiam os passos a serem seguidos pelos membros da equipe e comunidade escolar, para o desenvolvimento da Educação, que além de promover um ensino-aprendizagem que atenda as necessidades de seus educandos, contribua para a sua formação cidadã.

O currículo concebe a base da estrutura do ensino a ser desenvolvido no espaço escolar, ou seja, os comportamentos, conhecimentos, valores, hábitos que se quer ensinar. De acordo com Albuquerquer (2008, p.11)

O currículo é o instrumento por meio do qual a escola realiza o seu processo educativo. Não é fruto de uma escolha técnica e neutra. É fruto de relações de poder, de prioridades e escolhas articuladas a um determinado modelo de cultura, a uma visão particular de homem e sociedade, a determinados valores. (ALBUQUERQUER, 2008, p.11)

Diante disso, compreende-se que as discussões a cerca deste mecanismo, acompanham a história da Educação, suas transformações de concepções e ideologias seguem as mudanças políticas e sociais que perpassaram o cenário social, a fim de adequar-se as exigências da sociedade.

Considerando a relevância da construção de um currículo que contemple as necessidades educativas e sociais de seus educandos e a organização escolar como um todo, bem como os demais espaços educativos, como APAEs, propõe-se

como tema para a pesquisa: As contribuições do Currículo Funcional Natural¹ para a Inclusão socioeducativa de alunos com Deficiência.

Diante da temática proposta tem-se como questão norteadora e instigadora da pesquisa: Como a estruturação e a organização do Currículo Funcional Natural da Escola de Excepcionais Raio de Sol/APAE/ Lages/ SC, através de uma gestão escolar democrática, tem contribuído para o desenvolvimento socioeducativo e para a Inclusão profissional de seus educandos? Esta problematização inicial originou o seguinte objetivo geral: compreender quais as contribuições do Currículo Funcional Natural, da Escola de Excepcionais Raio de Sol/APAE, do município de Lages, localizado no Estado de Santa Catarina, para o desenvolvimento socioeducativo e Inclusão de pessoas com Deficiência na sociedade.

Para contribuir com a busca pelas respostas e para o alcance do objetivo proposto, tem-se como objetivos específicos: a) Analisar o Currículo Pedagógico da Instituição, a fim de verificar quais suas contribuições efetivas no avanço do ensino-aprendizagem e na capacitação dos alunos com Deficiência; b) Averiguar quais oficinas são desenvolvidas e como estas contribuem para o aprendizado e socialização das educandos com Deficiência; c) Aplicar questionários aos professores e coordenadores da Instituição, para analisar em seus discursos, como compreendem as contribuições curriculares para o desenvolvimento socioeducativo de educandos com Deficiência; d) Qual a concepção dos professores sobre as contribuições que uma Gestão Educacional Democrática, proporciona ao trabalho desenvolvido dentro deste espaço escolar, tendo como base o desenvolvimento do Currículo Funcional Natural;

Considerando a problemática e os objetivos traçados, o desenvolver desta pesquisa justifica-se antes de qualquer outro argumento por, abordar e propor uma discussão e reflexão sobre o pensar e agir da Educação no estabelecimento e concretização dos processos de Inclusão socioeducativa de pessoas com Deficiência, na sociedade. Além disso, promove a abertura de novos espaços para futuros trabalhos na área da Educação em geral e principalmente na área da Educação Especial.

_

¹ Conforme Suplino (2007), o Currículo Funcional Natural é uma proposta de ensino que visa o desenvolvimento de habilidades funcionais, que vão contribuir para a autonomia e independência dos alunos com Deficiência, nas atividades da vida.

Ressaltando ainda a importância do desenvolvimento da pesquisa, entendo que as discussões mais frequentes sobre Gestão Escolar tem como foco o âmbito da Educação Básica, deixando de contemplar e discutir as outras formas de Educação, desenvolvidas em espaços como as APAEs. Por tanto, é neste sentido, que proponho a discussão destes outros espaços, considerando o viés curricular, pois a Educação e o Ensinar vão para além do aprendizado da leitura e escrita, de noções matemáticas, ou seja, contempla o cotidiano, as atividades da vida diária e da vida prática, as inter-relações entre os sujeitos. De acordo com o autor SCHIFF (1993),

Um jardineiro cuida de suas flores, rega-as e as protege das intempéries e dos parasitas sem puxá-las para cima para fazê-las crescer mais de pressa. Um professor deveria fazer o mesmo, jardineiro do espírito que fornece as condições favoráveis ao desenvolvimento da criança (...) Como uma flor precisa do sol, uma criança precisa de afeto para desenvolver sua inteligência (...). (SCHIFF, 1993, p. 157)

Refletindo as palavras acima supracitadas, quando se menciona a Educação dessa forma, o que se pretende elucidar é que não basta querer ensinar, se não houver sensibilidade no momento do ensino, porque a Educação só se transforma e movimenta-se, se existir em sua base uma estrutura organizada, sensível, que esteja aberta a modificações e atenta para o desenvolvimento socioeducativo, respeitando as especificidades de seus alunados.

Sendo assim, procurando dinamizar o desenvolvimento da pesquisa e construção desta monografia, abordo em capítulos separadamente os caminhos percorridos ao longo da pesquisa. No primeiro capítulo intitulado CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO, descrevo os procedimentos metodológicos da pesquisa, os sujeitos e o lócus da pesquisa.

Na segunda parte deste trabalho, o REFERENCIAL TEÓRICO, trago para principiar as discussões que proponho neste estudo, uma breve escrita e argumentação sobre os modelos de gerenciamento escolar, reflexos da situação social que perpassava o país, até o modelo contemporâneo, que começa a conquistar reconhecimento, dentro dos ambientes educacionais. Proponho no subcapítulo, uma reflexão e discussão acerca da Gestão Democrática na perspectiva da Educação Especial, de como o modelo contemporâneo de gestão, contribui para o ensino especial, desenvolvido nas Instituições de Ensino- APAE's. O

intuito deste capítulo e subcapítulo, é demonstrar as transformações e influências que a sociedade exerce sobre o ensino, seja este ministrado no Ensino Regular ou nas Escolas Especiais.

No capítulo subsequente proponho uma discussão sobre o Currículo Funcional Natural na perspectiva da Educação Especial, sobre o viés dos profissionais que atuam nas Instituições de Ensino- APAE's. Por fim, analiso e discuto os dados coletados por meio da aplicação dos questionários semiestruturados, a fim de alcançar o objetivo deste estudo.

2 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

2.1. Olhar investigativo da pesquisa

A Pesquisa Qualitativa é impulsionada pelos estudos socioculturais, pelo debruçar sobre a prática, pela busca da compreensão das interrelações e correlações que os indivíduos estabelecem com meio. De acordo com Godoy (1995, p.60-61) a dinâmica para o desenvolvimento deste tipo de pesquisa, centra-se na abertura do pesquisador em permitir-se vivenciar e experiênciar o lócus e a cultura em que desenvolverá sua investigação. Ainda conforme descreve a autora, o pesquisador sobre este viés é a peça-chave, é o instrumento pelo qual as ações socioculturais de determinado grupo ou espaço, se tornarão emersas ao cenário das problematizações e discussões, fomentando transformações nos cenários sociais.

Para André,

[...] os trabalhos neste campo de pesquisa, devem ter relevância científica e social, ou seja, estejam inseridos num quadro teórico em que fiquem evidentes sua contribuição ao conhecimento já disponível e a opção por temas engajados na prática social (2001, p.59).

Neste sentido, o estudo do cotidiano escolar, do fazer diário, das ações e reações existentes e que constituem o lócus da pesquisa, em conformidade com a teoria, possibilitam uma abordagem critica sobre as problematizações e inquietações que emergem e impulsionam a investigação. Esta holística crítica, é que vai permitir a confiabilidade e o rigor para o desenvolvimento do estudo, proporcionando acréscimos de saberes e informações, aos conhecimentos já aprendidos, pois conforme Possa (2008, p.144) a pesquisa qualitativa,

[...] tem um papel de criar e atribuir significados aos fatos, fenômenos e acontecimentos. [...] busca dados observáveis em que o pesquisador inserido ao campo de pesquisa vai desvelar valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões para entender, interpretar e compreender com profundidade a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. (POSSA, 2008, p.144)

Então, pesquisar é permitir-se mover pelas perguntas aparentemente sem repostas, que é o que estimula e transforma não só os espaços físicos, mas também as concepções e ideias assimiladas e acomodadas no intelecto.

Diante disso, a autora André (2001, p.57), ressalva que é essencial para a pesquisa, que o pesquisador mesmo sendo parte ativa ou atuante no lócus em que desenvolve o estudo, "busque equilíbrio entre a sua ação e a investigação, pois o risco de sucumbir ao fascino da ação é sempre muito grande, deixando para segundo plano a busca do rigor que a pesquisa requer".

Sobre este viés de pesquisa - a pesquisa qualitativa- o espaço escolar, em sua organização didático-pedagógica, que neste estudo será o foco das investigações, demanda de um olhar corriqueiro à aquele ambiente, mas inquieto que necessita de transformações e de novos caminhos para seguir. Essa atitude, do buscar de novos horizontes de saberes, em prol de uma necessidade contida no cotidiano escolar, para André (2001, p.54) caracteriza-se como uma das "principais preocupações do pesquisador, pois é o exame de situações "reais" do cotidiano da escola e da sala de aula, que tem impulsionado mudanças na ação escolar. É a valorização do olhar de "dentro", que faz surgir muitos trabalhos em que se analisa a experiência do próprio pesquisador".

Dessa forma, o estudo de caso, constitui-se como a abordagem metodológica que fornece ao pesquisador as ferramentas que corroboram para que a teoria e a prática tornem-se articuladas, fomentando assim, a produção e compreensão de novos conhecimentos.

O estudo de caso é caracterizado por ter apenas um lócus de pesquisa, ou grupo de investigação. No entanto, os fatores internos e externos que constituem este lócus, não podem ser desconsiderados no desenvolvimento do trabalho. De acordo com Mazzotti (2006, p.648), "os estudos de caso não são fáceis de ser realizados, ao contrário, eles se revestem de grande complexidade, o que exige o recurso a técnicas variadas de coleta de dados." E ainda, conforme a autora,

^[...] o estudo de caso constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado [...]. (MAZZOTTI, 2006, p.650).

Diante disso, ressalva-se a importância existência das pesquisas e estudos, pois são os pesquisadores com a elaboração e desenvolvimento de suas pesquisas que demonstram e apontam os problemas enfrentados nos espaços escolares, possibilitando que novas estratégias possam ser pensadas e organizadas, a fim de que crianças, jovens e adultos possam desfrutar de um ensino- aprendizagem que atendam as suas necessidades educacionais.

Então, o presente estudo proposto nesta monografia, teve por lócus da pesquisa, a Escola de Excepcionais Raio de Sol/ APAE localizada no município de Lages/SC. Os participantes envolvidos foram os professores e a equipe gestora da escola, afim de compreender a partir das interlocuções destes, as contribuições do Currículo Funcional Natural para e na Inclusão Socioeducativa dos alunos que frequentam a Escola. A escolha dos profissionais ocorreu da seguinte forma: A equipe diretiva (Coordenadoras Pedagógicas), por estar diretamente ligada a dinâmica das relações entre os profissionais, no intuito de legitimar a Gestão Escolar Democrática, com o estabelecimento de círculos de discussões e construção coletiva da organização didático-pedagógica da escola. Os professores efetivos, por estarem vivenciando no momento uma gestão democrática e desenvolvendo o Currículo proposto pela escola. O estudo ainda contou com a participação de quatro professores ACT's (Admitidos em Caráter Temporário-por ano letivo), que regem as oficinas e dentre estas a de Iniciação e Preparação para o Trabalho (ITP), o intuito é de saber sobre sua visão deste processo de democracia escolar, desenvolvimento do Currículo, no cotidiano de sala de aula com seus alunos que estão ingressando na sociedade, no ambiente profissional.

A escola lócus deste estudo foi escolhida por ser a escola em que sou docente e por desenvolver uma didática curricular que visa à independência de seus alunos, bem como desenvolver um processo de participação democrática na sua organização estrutural e pedagógica. Diante disso, este estudo também possui um caráter e uma abordagem de pesquisa participante, pois parte da realidade social, em que são consideradas no seu processo de desenvolvimento, as experiências e vivencias dos participantes, incluindo a do investigador. De acordo com Brandão; Borges (2007)

^[...] é através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída. O conhecimento científico e o popular

articulam se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador [...]. (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 54).

Neste sentido, a ideia que sobressalta é que o pesquisador não é o detentor e produtor único do conhecimento, os novos saberes são produzidos nessa interação com os participantes do estudo, não desvinculados da cultura dos grupos e as que norteiam e regem a organização dos contextos investigados.

Retomando a dinâmica do desenvolvimento do estudo proposto nesta monografia, sua divisão e execução ocorreram em duas fases. Primeiramente foi realizado o contato com a APAE da cidade de Lages/SC, para explanar sobre a pesquisa e convidá-la a fazer parte desta, através de uma Carta de Apresentação da Pesquisa (ANEXO A). O próximo passo foi a solicitação para ter acesso às documentações da Instituição, dentre estas o currículo desenvolvido neste espaço escolar. Posteriormente foi elaborado e entregue para os professores da Instituição, um questionário (ANEXO B), com questões objetivas e claras, a fim de proporcionar um aprofundamento das análises. Dessa forma, para desenvolver o estudo, foram disponibilizados e assinados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO C), no momento da pesquisa, tendo em vista que por questões de ética a utilização deste documento faz-se necessária.

A escolha por utilizar este instrumento na realização da pesquisa, deve-se ao fato deste possibilitar ao pesquisador, abranger um número significativo de pessoas em um espaço-temporal relativamente curto. Além disso, o questionário é uma forma de coletar dados, a fim de proporcionar ao investigador, após sua análise, a compreensão de determinados fatores e estruturas sociais. De acordo com AMARO; PÓVOA; MACEDO (2004, 2005, p.03), o questionário é,

(...) um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquisição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um tema de interesse para os investigadores, não havendo interacção directa entre estes e os inquiridos. (AMARO; PÓVOA; MACEDO (2004, 2005, p.03)

A aplicação do questionário, sem a intervenção direta do pesquisador no momento em que o respondem, tem o intuito de proporcionar aos participantes, maior profundidade em suas respostas, possibilitando também a liberdade deste refletir sobre sua própria escrita, conceitos e concepções acerca da temática

abordada. No entanto, o trabalho de análise e interpretação dos discursos escritos, conforme AMARO; PÓVOA; MACEDO (2004, 2005), "[...] é mais difícil dado que se pode obter um variado tipo de respostas, dependendo da pessoa que responde ao questionário." (p.6)

Para as análises dos dados coletados foi organizado três categorias de análises, a fim de abranger as repostas coletadas e possibilitar assim uma análise mais precisa e fidedigna da contribuição curricular e da atual situação socioeducativa dos alunos que frequentam a Escola. Além disso, estas categorias nortearão a condução do estudo, sendo então divididas em: Gestão Escolar Democrática e o Currículo Funcional Natural; Currículo Funcional Natural e Oficinas Terapêuticas; Inclusão Socioeducativa.

Os participantes da pesquisa são identificados por convenções, dessa forma, a equipe gestora da Escola, foi identificado pela convenção E1 (E2, E3 ...), os professores efetivos, pela convenção F1 (F2, F3...), e os quatro professores ACT's que trabalham com as Oficinais, pela convenção P1 (P2, P3...).

Para o desdobramento deste trabalho será utilizado a Análise de Conteúdo, que de acordo com Rocha; Deusdará (2005) caracteriza-se por "preocupar-se com recursos metodológicos que validem suas descobertas" (p.308). Além disso, esta análise possui como objetivo alcançar uma pretensa significação profunda, um sentido estável, conferido pelo locutor no próprio ato de produção do texto. (p.307).

3 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Pensar, refletir e discutir a Educação não se configura como uma tarefa simples, pois demandam de inúmeras e incontáveis transformações de olhares, concepções e conceituações acerca dos espaços, formas e ritmos com que são estruturados e desenvolvidos os ensinos e as aprendizagens.

A organização escolar brasileira é um exemplo prático destas transformações, pois ao longo dos anos, de acordo com as influências da sociedade, mudanças conceituais foram executadas no seu cenário. Os primeiros escritos sobre a temática de gerenciamento escolar são datados da década de 1930, com o surgimento do conceito de Administração Educacional.

O desenvolvimento da Educação no inicio do século XX, com o aumento do número de escolas, acessos, turmas e professores, associado ao momento vivenciado pela sociedade, resultou na mudança do modelo de gerenciamento educacional, tornando a tarefa de conduzir a educação, uma incumbência complexa. Pois, neste contexto, "A administração da educação começa a inspirar-se na organização inteligente das companhias, das empresas, das associações industriais ou comerciais bem aparelhadas". (LEÃO, 1945, p. 154 apud DRABACH; MOUSQUER, 2009, p.261).

Neste sentido, a escola passava a ser organizada de forma hierárquica, ou seja, as funções eram distribuídas de acordo com o preparo profissional de cada funcionário. Sendo então o Diretor o detentor de maior poder dentro da instituição, pois conforme Leão (1945), este é que direciona o trabalho que vai modelar a formação dos alunos, ajudando também para o progresso cognitivo e moral da comunidade em geral. O diretor é a liderança, o guia escolar de seus educandos, o educacionais. (LEÃO, 1945, magistrado nas questões p. 158 apud DRABACH; MOUSQUER, 2009, p.262).

Corroborando com os pensamentos de Leão (1945), o autor Ribeiro (1986), infere que a Administração Escolar tem como seu último fundamento a administração geral, em que cabe a escola, espelhar-se nos modelos de administração das indústrias e setores privados, perante o progresso social, e adapta-lo ao ensino e organização escolar.

Já para Filho (1963), a escola não é vista como uma fábrica ou indústria, ou seja, a escola é um espaço de ensino e aprendizagem, e não de produtos. De acordo com as autoras Drabach; Mousquer (2009),

[...] as atividades administrativas devem levar em conta as relações humanas, que são a matéria-prima da produção do ensino, estabelecendo um trato entre elas, no sentido de ajustá-las entre si. Isto é, levar os sujeitos que participam do processo educativo a tornarem-se solidários e participativos no trabalho que fora planejado, fazendo-os sentirem-se responsáveis pelo processo de que fazem parte, sem, no entanto, terem participado de sua concepção. (DRABACH;MOUSQUER,2009, p.269)

Neste viés de sentir-se participante do processo, mesmo distante de sua concepção, abre espaço para uma nova forma de ver a Administração Escolar, que segundo Teixeira (1997) deixa de ser pensada apenas para uma minoria e reitera a totalidade, ou seja, não basta que apenas todos possam desfrutar do ensino, mas aprendam com este. De acordo com o autor, a gestão do ambiente escolar, deve transformar-se, pois as teorias utilizadas no cenário industrial não abordam e não são suficientes para as demandas do cenário educacional.

A Educação para este autor necessita apresentar qualidade de ensino e para tanto, este rejeita e rompe com os pensamentos que defendem os princípios da administração geral, abrindo brechas no percurso do gerenciamento escolar, para uma nova tentativa de transformação no âmbito da Administração Escolar. De acordo com Teixeira (1963),

Embora alguma coisa possa ser aprendida pelo administrador escolar de tôda a complexa ciência do administrador de emprêsa de bens materiais de consumo, o espírito de uma e outra administração são de certo modo até opostos. *Em educação, o alvo supremo é o educando a que tudo mais está subordinado;* na emprêsa, o alvo supremo é o produto material, a que tudo mais está subordinado. Nesta, a humanização do trabalho é a correção do processo de trabalho, na educação o processo é absolutamente humano e a correção um certo esforço relativo pela aceitação de condições organizatórias e coletivas aceitáveis. São, assim, as duas administrações polarmente opostas. (TEIXEIRA, 1964, p. 15 apud DRABACH; MOUSQUER, 2009, p. 271).

A oposição gerencial destes dois âmbitos, Educação e Indústria, culmina em criticas a concepção e ao desenvolvimento prático da Administração Escolar, o que possibilita o aparecimento nas literaturas deste campo, de um novo modelo e conceito de gerenciamento, o da Gestão Escolar Democrática.

Este conceito efetiva-se no cenário educacional brasileiro, a partir do ano de 1980 com a retomada das discussões acerca da democratização do ensino, não somente sobre o viés do acesso, mas do ensino-aprendizagem desenvolvido entre seus muros e paredes. A Constituição Federal de 1988 reafirma este conceito em seu Art.206, denominando-o como "princípio de "Gestão Democrática do Ensino Público." (BRASIL, 1988, p.121). E ainda avança na questão da democratização do ensino, quando em seu Art. 205 afirma que a "Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo então promovida e incentivada com a colaboração da sociedade". (BRASIL, 1988, p.121)

Após a Constituição Federal de 1988, outros documentos legais também tratam da democratização do ensino em seus textos, como o Art. 14º e 15º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que explana sobre os princípios para a definição da Gestão Democrática do ensino público e ainda abordam a garantia do progresso gradual de autonomia das escolas no gerenciamento dos seus recursos financeiros, administrativos e pedagógicos. Conforme descrito na LDB 9.394/96.

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

Art. 15º. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Conforme descrito nestas disposições legais, concebe-se que a Gestão Escolar Democrática sobre a holística governamental se constituí e efetiva-se através da participação ativa de todos os membros e setores que compõe o cenário educativo, ou seja, equipe diretiva, pais, alunos, funcionários, em fim comunidade escolar em geral.

No intuito de aprofundar o conceito de Gestão Escolar Democrática, faz-se necessário discorrer sobre as duas palavras que formam este modelo de gestão. Para tanto, sobre a visão deste pesquisador a palavra "GESTÃO ESCOLAR" compreende um conjunto de práticas pedagógicas, deliberações e estruturações organizacionais, que culminam no direcionamento de ações no intuito de buscar

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

soluções para problemas, alcançar os objetivos, promover a aprendizagem e consequentemente a formação dos educandos e educadores. De acordo com Ferreira (2004, p. 1241), "Gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades".

Para Barbosa,

A gestão da escola passa a ser então o resultado do exercício de todos os componentes da comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo projeto político-pedagógico construído coletivamente. [...] (BARBOSA, 1999, p. 219).

A palavra "DEMOCRÁTICA" corresponde à participação ativa e consistente da comunidade no processo de tomada de decisões, elaboração e implementação dos mecanismos de democratização do ensino, como por exemplo, no Projeto Pedagógico, nos Grêmios Estudantis, nos Conselhos de Pais e Mestres, corroborando assim para o afloramento desta nova forma de entender o ensino, ou seja, sob uma perspectiva interdisciplinar e democrática. Os atores desta participação coletiva, ao comungarem das decisões, tem para si incumbidos a responsabilidade pelos resultados, sendo assim, considerados também os promotores na busca por uma educação pública de qualidade.

Estas ações demandam de muito esforço dos agentes envolvidos no processo, pois exige constante reflexão, discussão e o delineamento de estratégias didático-pedagógicas, em prol da construção de alternativas que viabilizem a efetivação das intenções propostas pela comunidade. De acordo com Barbosa (1999),

A gestão democrática, assim entendida, exige uma mudança de mentalidade dos diferentes segmentos da comunidade escolar. A gestão democrática implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores de serviços educacionais (BARBOSA, 1999, p. 219).

Em seguimento a este pensamento, compreende-se que o desenvolvimento de uma gestão no âmbito educacional infere que a comunidade e a equipe gestora incorporem em suas ações o sentimento de responsabilidade para com o afloramento de estratégias que garantam a qualidade da interrelação da prática com a necessidade social da comunidade escolar.

O ensino e a aprendizagem, neste contexto, de compartilhamento de deveres e direitos, assumem papel relevante na contribuição bilateral de educandos e educadores, para a construção coletiva da formação subjetiva da cidadania pelas crianças, jovens e adultos, sendo esta aos olhos deste pesquisador, compreendida como o principal foco da Educação.

A formação cidadã, de acordo com Ferreira (2004, p.1241), possui por base os princípios da Educação, que sobre a perspectiva da Gestão Democrática, estão debruçados no comprometimento com a sabedoria de reconhecer e aceitar o OUTRO, em saber conviver junto, respeitando as diferenças. Essas ações refletem no espelho do cotidiano social, uma faceta da Educação, que está comprometida em contribuir para a construção de uma sociedade igualitária e justa para todos.

Vislumbrando este comprometimento de organização e constituição da sociedade, que no próximo subcapítulo é abordado a Gestão Democrática na perspectiva da Educação Especial, em que são explanadas suas contribuições para o ensino e aprendizagem de educandos com Deficiência, que frequentam o ensino especial/ APAE's.

3.1 Gestão Democrática na perspectiva do Ensino Especial- APAE's

Embora debates a cerca da temática da Inclusão estejam em voga na contemporaneidade, sob a perspectiva do ensino regular, realidade vivenciada na atualidade. Outras instâncias do ensino, também necessitam ser discutidas e reconhecidas no cenário escolar, pois também estão presente e fazendo a diferença na sociedade, como por exemplo, as Instituições de Ensino- APAE's (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

O campo da Educação Especial é uma área do conhecimento, que ao longo dos anos foi conquistando espaço na sociedade. De acordo com a Politica Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o percurso da história da Educação Especial começa em 1854, quando o imperador D. Pedro II cria o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, que posteriormente em 1991 passa a ser chamado de Instituto Benjamin Constant. No ano de 1857, é criado

o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, que cerca de cem anos mais tarde, passa a ser chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 1957.

A história desta área do ensino continuou em crescente ascensão, criando e estabelecendo espaços no cenário social, com a construção no ano de 1926 do Instituto Pestalozzi, que tem por função central o atendimento especializado para pessoas com Deficiência Mental. Em seguimento, no ano de 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

O espaço e a visibilidade do OUTRO deficiente começavam a ser conquistados na sociedade. Perante a Lei, este direito foi efetivado pela primeira vez na LBD/61, que vigorava a preconização do direito de crianças/jovens/adultos com Deficiência a educação de preferencia dentro do ensino regular. Sendo reafirmada posteriormente em 1989 na Constituição Federal, com a aprovação da lei 7.853/89, que determina entre outras importantes providências a obrigatoriedade de matricula de alunos com Deficiência em estabelecimentos públicos e/ou particulares oficiais. Esta relevante caminhada em prol de uma Educação Inclusiva é reafirmada novamente, através da Declaração de Salamanca (1994), que intuía a efetivação de uma Educação para Todos.

Após esta breve descrição da trajetória histórica da Educação Especial na sociedade brasileira, compreende-se a relevância destes espaços voltados à educação de pessoas com Deficiência.

Diante disto, o *lócus* desta escrita são as APAE's, espaços de ensino e aprendizagem, que vão além da aceitação da pessoa com Deficiência, estão a serviço do seu desenvolvimento global. Com esta fala, não se tem o intuito de subestimar o ensino regular, o que se pretende é explanar, sobre os educandos com Deficiência que estão em faixa etária mais avançada (alunos adultos, os que estão em fase de envelhecimento e os já idosos) e àqueles com Deficiências mais severas, que não se enquadram no âmbito da escola regular. Conforme a LDB 9.394/96, em seu capitulo V, inciso 2º, os alunos da Educação Especial, deverão ter garantido "atendimento educacional em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular." (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996, p. 21).

Partindo do pressuposto de que somos Todos diferentes e passíveis de necessidades individuais, que possuímos ritmos e interesses educacionais distintos,

não cabe então, a padronização do ensino, emergindo assim um pressuposto para que não se permita a existência de uma homogeneização educacional². Ao usar a expressão homogeneização educacional, objetiva-se (re) lembrar que a educação não pode ser pensada, planejada e executada de forma a excluir as necessidades educacionais especificas de cada aluno, suas experiências e vivências do cotidiano.

A escola ou o ambiente educativo do qual a criança/jovem/adulto com ou sem Deficiência participa, deve promover ações educacionais estimuladoras de aprendizagem, em que o aluno sinta-se instigado a ser um construtor ativo de seu conhecimento, que dar-se-á através da participação e interação com meio e com o OUTRO. Pois segundo Palácios et. al (1990),

[...] A aprendizagem é um processo cotidiano e natural ao ser humano, o qual elabora e (re) constrói seus conhecimentos com resultado de uma atividade global, flexível, contextual, subjetiva, compartilhada e relacional. Conhecimentos construídos a partir de um intercâmbio dinâmico com o meio ambiente em um processo de contínua (re) elaboração ativa do sujeito ajudam-no a progredir [...]. (PALACIOS et.al, 1990, p.17 apud PÉREZ et.al, 2001, p.20)

Dessa forma, reafirma-se a importância da existência de uma dinâmica educacional, em que a equipe gestora conjuntamente com a comunidade escolar, (re)pense de forma organizada e ativa, o espaço escolar, a partir do seu educando, ou seja, que o ambiente proporcione possibilidades educativas que sejam emersas da realidade e das necessidades de seu alunado, considerando assim o ambiente em que residem, as oportunidades educativas já vivenciadas, pois partindo destas premissas essenciais, dentre muitas outras, que o ensino-aprendizagem torna-se significativo para a criança/jovem/adulto com ou sem Deficiência. De acordo com LÜCK (2009), uma Gestão desenvolvida com organização e coesão resulta,

[...] a formação da cultura e ambiente escolar, que devem ser mobilizadores e estimuladores do desenvolvimento, da construção do conhecimento e da aprendizagem orientada para a cidadania competente. (LÜCK, 2009, p.22)

Pensando nesta construção de conhecimentos e consequentemente na formação cidadã, é importante que os ambientes educacionais, dentre estes as APAE's possam oferecer a seus educandos, uma proposta educativa que atenta

_

² Grifo da autora

suas necessidades e os preparem para enfrentar, dentro de suas possibilidades físicas, cognitivas e ou sensoriais, os desafios de uma sociedade ativa.

De acordo com LÜCK (2009, p.15),

Novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar estes desafios, mas também superá-los. Como consequência, para trabalhar em educação, de modo a atender estas demandas, torna-se imprescindível que se conheça a realidade e que se tenha as competências necessárias para realizar nos contextos educacionais os ajustes e mudanças de acordo com as necessidades e demandas emergentes no contexto da realidade externa e no interior da escola [...]. (LÜCK, 2009, p.15)

Neste viés a Instituição Educativa necessita assumir o papel de conhecedora das interrelações multiambientais de seus educandos, afim de então poder transformar os desafios e dificuldades educativas destes, em oportunidades de aprendizagem socioeducativas, afetivas e criativas, visando e promovendo assim, a Inclusão Social e profissional dos seus alunos com Deficiência. Conforme descrito na LDB 9.394/96, em seu Art. 59°, ao referir-se as necessidades especiais destes educandos, confere aos sistemas de ensino e neste na compreensão deste pesquisador, faz menção também as APAE's, que assegurem:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

[...] IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

As Instituições de ensino - APAE's, nesta perspectiva deverão também, bem como o Ensino Regular, constituírem-se como espaços educacionais, em que o educando com Deficiência seja convidado a viver diariamente experiências novas, aprendendo a ter autonomia e independência para a vida, no cotidiano escolar e na vida prática e diária.

A Gestão Democrática consiste na visão de totalidade do ensino, em compartilhar decisões, saber reconhecer que todos, possuímos direitos e deveres igualmente. Conforme descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu art.1. "Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos". Diante disso, é perceptível que as mudanças de conceitos e concepções

no que tange as pessoas com Deficiência, devem principiar de dentro de suas "redes de convívio", ou seja, depende unicamente dos pais, amigos, vizinhos, professores, da sociedade em geral, estender a mão e possibilitar ao OUTRO³ deficiente as experiências sociais, de interação e participação efetiva no cenário social. Cabe à sociedade transpor o preconceito e o pré-julgamento do OUTRO deficiente, com oportunidades profissionais e educacionais para que este possa assumir seu papel na sociedade.

Neste caminho de transposição de conceitos e concepções, que as Instituições de Ensino - APAE's, pautada em uma Gestão Democrática do Ensino, têm procurado possibilitar aos seus educandos, variadas opções de experiências e vivências diárias, da vida cotidiana. O intuito desta forma de ensino é de oportunizar que estes educandos construam coletivamente e individualmente seu aprendizado, e que este ocupe um espaço prático em seu dia-a-dia, em fim que os ensinem para a vida além dos murros e paredes da escola e de suas casas.

-

³ Neste sentido a palavra OUTRO, refere-se aquele cidadão, que possui os mesmos direitos e deveres de todos, porém partilha de uma condição física, mental ou sensorial distinta. No entanto, esta condição não o torna inferior ou incapaz de assumir seu espaço na sociedade.

4 CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL: RELAÇÃO ENTRE DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO SOCIOEDUCATIVA

Iniciando a escrita deste capítulo, acredito ser importante descrever a definição de alguns dos conceitos abordados em seu título. A partir da conceituação, poderei dar início a discussão que através desta pesquisa proponho, demonstrando ao leitor que todos estes termos estão intrinsecamente ligados.

Conforme a Convenção da Guatemala de 1999, que constitui pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 à Constituição Brasileira, em seu Artigo I entende como definição da terminologia DEFICIÊNCIA,

[...] uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (CONVENÇÃO DA GUATEMALA, 1999)

A Deficiência pode ser considerada como um conjunto de fatores internos (biológicos) e externos (social), ou seja, o meio em que a criança está inserida pode ou não ser o potencializador para o agravamento de sua situação biológica. Conforme o teórico Bronfenbrenner, o meio sociocultural influência na constituição e formação do Ser Humano, pois este é constituído por fatores genéticos, mas também pelas relações interpessoais e intercorrelações socioambientais que realiza ao longo da vida.

Reafirma-se assim a necessidade de pensar a educação para além da formação mercadológica, ou seja, precisa-se voltá-la aos valores humanos, buscando a mudança social, uma educação que acredite nas diferentes formas de aprendizagens, caminhos e ritmos com que cada individuo percorre, para a construção do seu próprio saber, possibilitando assim, que este seja reconhecido em todas as dimensões do seu Ser.

Sartorreto (2006) infere que a Inclusão, e neste sentido de sua palavra, estende-se a Inclusão Socioeducativa, somente poderá ser possível de acontecer, a partir do instante em que toda a sociedade, souber respeitar a diversidade, à diferença. Além disso, sobre o viés pedagógico, tomará forma, assim que práticas didáticas passem a compreender aquele individuo com Deficiência, em sua globalidade, conforme nas palavras da autora, a partir do momento que "[...]

permitirem às pessoas com deficiências aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida de suas possibilidades [...]". (SARTORRETO, 2006, p.81)

Maturana (s/d) corrobora com a ideia da autora supracitada ao referir-se ao ato de educar, quando diz que:

O educar se constitui no processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, se transforma espontaneamente, de maneira que seu modo de viver se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência. O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca. Ocorre como uma transformação estrutural contingente com uma história no conviver, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o conviver da comunidade em que vivem. A educação como "sistema educacional" configura um mundo, e os educandos confirmam em seu viver o mundo que viveram em sua educação. (MATURANA, S/D, p.1)

Portanto, é no ato de conviver e interagir com outro, que a sociedade poderá transformar sua concepção a acerca da Deficiência. Ultrapassando a já pregressa caraterização desta, como sinônimo de incapacidade. Na história da Deficiência, não obstante e ainda presente nos dias contemporâneos, a sociedade em geral ao depara-se com o diferente, com a alteridade deficiente⁴, caracterizava-os como sem as habilidades necessárias para desenvolver seu processo de aprendizagem e consequentemente os julgava como não aptos para desempenhar seu papel na sociedade. Refletindo sobre esta ideia de incapacidade, menciono as autoras Lima e Viera (2006) que corroboram com a discussão, ao inferem que "É a construção de uma sociedade que interaja e conviva com as pessoas com deficiência que pode resultar em uma sociedade verdadeiramente inclusiva" (Lima e Viera, 2006, p.36). As palavras das autoras profere uma reflexão, que resulta no pensar de uma sociedade futura, em que a Deficiência não será mais vista como sinônimo de ineficiência.

O processo de transformação para que a Inclusão Socioeducativa possa ocorrer efetivamente na sociedade, tem seu principio no âmbito familiar e consequentemente no educativo. Para tanto, faz-se necessário que a educação inclusiva comece no seio familiar, mas que sua extensão perpetue-se e efetive-se na organização curricular pedagógica das escolas e dos demais espaços educativos. O currículo é um instrumento essencial para o desenvolvimento do trabalho didático-

⁴ A condição daquilo que é diferente de mim; a condição de ser o outro (Silva, 2000, p.16).

pedagógico e consequentemente um aliado para a existência de uma educação com qualidade. De acordo com Moreira (2009),

[...] O currículo corresponde, então, ao verdadeiro *coração da escola*. Daí a necessidade de permanentes discussões sobre o currículo, que nos permitam avançar na compreensão do processo curricular e das relações entre o conhecimento escolar, a sociedade, a cultura, a autoformação individual e o momento histórico em que estamos situados. (MOREIRA, 2009, p.5)

O Currículo é a ferramenta de articulação entre as áreas do conhecimento e os aspectos da vida cotidiana/ diária, de forma a organizar os princípios fundamentais da aprendizagem. Esses princípios são denominados por Delors (2000), como os pilares do conhecimento, e transcendendo-os sobre o viés do ensino especial, estes são constituídos por: **Aprender a Conhecer**, demanda do indivíduo que compreenda a realidade, tenha conhecimento do meio que cerca e de como este é constituído; **Aprender a fazer** constitui-se em oportunizar ao educando, que interaja com o meio, oportunizando experiências reais e concretas de como fazer, para que este as desenvolva e assim aprenda; **Aprender a viver juntos** constitui como um dos pilares mais relevantes sobre a ótica deste trabalho, pois compreende todas as ações que demandam da vivência coletiva, da participação, cooperação e interação nos afazeres e na vida social. E por último, e não menos relevante, o **Aprender a Ser**, que consiste em agir com autonomia, ser independente, desenvolver-se globalmente, a partir de suas potencialidades, superando assim as dificuldades e limitações.

Então, a estruturação curricular é a norteadora da prática pedagógica escolar, demandando da realização de um planejamento flexível às necessidades e possibilidades que o meio exige, propiciando uma reflexão sobre os espaços de atuação do trabalho educacional e de seu direcionamento. Conforme Santos (2009, p.12) deve-se considerar a diversidade sociocultural da sociedade, no intuito de que a cultura e as experiências cotidianas possam ser entendidas, valorizadas, respeitadas e reconhecidas pelos alunos, dentro e fora de seu grupo social.

Pensando o conjunto de experiências e vivencias dos educandos para além do contexto escolar, e da relevância destes serem formados para a vida, para os saberes e afazeres cotidianos, que dentro do espaço das Instituições de Ensino Especiais - APAE's foi elaborado e organizado um Currículo que direcionasse e

estimulasse o desenvolvimento cognitivo (elaboração conceitual) e prático da dinâmica da vida cotidiana.

Assim sendo, cria-se na década de setenta, na Universidade do Kansas, um currículo com o intuito de oportunizar as crianças o desenvolvimento de habilidades que as possibilitassem atuar no seu ambiente de maneira independente e criativa. Na década de oitenta, este Currículo foi adaptado em caráter experimental pelas pesquisadoras Mayo e LeBlanc (1980), para o trabalho com pessoas autistas e outras com Transtornos Globais do Desenvolvimento.

A fim de possibilitar uma melhor compreensão do que seja, o Currículo Funcional Natural, trago separadamente as duas palavras que formulam este modelo de currículo. A palavra Funcional, conforme a autora Le Blanc (1992) referese aos conhecimentos que o professor deseja que seu aluno aprenda. Conhecimentos, estes, que sejam relevantes e tenham utilidade para a sua vida diária, em um curto ou médio prazo. De mesmo modo para esta autora a palavra Natural refere-se às estratégias de ensino, aos ambientes e materiais que o professor lança mão no momento do ensino e aprendizagem.

O ensino e aprendizagem na perspectiva do Currículo Funcional Natural tem como foco o ALUNO, sendo pensado e planejado de acordo com faixa etária do educandos, deve ser desenvolvido interdisciplinarmente, englobando todas as áreas do saber escolar e de circulação deste educando. Dessa forma, o Currículo em questão, não se restringe somente ao meio escolar, mas carece da participação efetiva da família, para que assim os objetivos e metas traçados possam ser alcançados.

O Currículo escolar nesta perspectiva de ensino, ao ser desenvolvido na Instituição de Ensino, de considerar as necessidades de cada educando. Para tanto, cabe aos professores buscarem conhecer seus alunos, seu ambiente familiar, para então, poder traçar os objetivos que se pretende que este aluno conquiste no decorrer do ano letivo. Conforme Cerqueira (s/d, p.12) "O Currículo Funcional é uma proposta que aponta caminhos para o aluno, à sua maneira e com o auxilio da família e de professores, tenha participação social e melhor autogestão na vida."

Conforme Suplino (2007), o Currículo Funcional Natural é uma proposta de ensino que visa o desenvolvimento de habilidades funcionais, que vão contribuir para a autonomia e independência dos alunos com Deficiência, nas atividades da

vida. Essas habilidades segundo a autora são irrestritas, ou seja, são todas aquelas, que o individuo necessitar para ter êxito na vida. Dentro destas, estão compreendidas as habilidade de vida diária (AVDs), que são tomar banho, escovar os dentes, comer adequadamente e as de vida prática (AVPs), ir ao supermercado, "pegar" o ônibus, entre outras.

Contudo, a elaboração e implementação do Currículo Funcional Natural, exige dos seus articuladores um cuidadoso planejamento, pois precisa atender as necessidades especificas emergenciais e porvindouras dos educandos. Nesta proposta de ensino os planejamentos devem compreender atividades coletivas e individuais, para tanto, os objetivos são elaborados partindo do contexto de vida dos educandos, de seus saberes, de suas habilidades e de suas limitações.

A partir da identificação destes tópicos, os professores elaborarão uma rotina didática, visando às oportunidades de aprendizagem que os diversos setores que seus educandos, possam explorar.

Neste viés o ponto central da atuação não está contido nas limitações dos educandos, embora estas sejam também um dos focos a serem trabalhados pelo Currículo, mas sim na criatividade, nas possibilidades e nas alternativas que podem ser desenvolvidas a fim de que o ensino possa ser efetivado.

Dessa forma, ao desenvolver a proposta desta pesquisa, relativizando os termos: Currículo Funcional Natural, Deficiência, Inclusão Socioeducativa e Gestão Escolar, o intuito é de dinamizar uma discussão que venha contribuir e somar com as demais discussões já realizadas sobre o assunto, assim como promover reflexões a cerca da organização educacional, no que se refere à participação efetiva das pessoas com Deficiência nos diversos setores da sociedade.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A educação na sua completude vai além dos saberes acadêmicos, pois a construção e aquisição de conhecimentos transpõe-se ao ensino formal e teórico. Neste sentido, a implementação do Currículo Funcional Natural, configura-se como uma possibilidade concreta de desenvolver continuamente e progressivamente a aprendizagem dos educandos com Deficiência.

O Currículo Funcional Natural permite aos educandos a participação ativa na relação ensino- aprendizagem- experiência, com o exercer prático, motivando-os a aprender. Dentro desta metodologia de ensino, aos educandos são proporcionados os estímulos e o encorajamento para que naturalmente aprendam as habilidades que são relevantes para sua independência nas atividades de vida diária e prática, além disso, para a vida em família e em sociedade.

A fim de compreender como se delineiam as relações sociais e/ou educacionais no que tange a esfera da Deficiência, que utilizei para o desenvolvimento deste estudo, um questionário semiestruturado, que permite então a execução desta análise de forma concisa.

A abrangência e disponibilização deste instrumento de pesquisa ocorreu de forma reduzida, devido ao curto espaço-tempo para sua realização. Desse modo, foram entregues para quatro professores contratados em Caráter Temporário (ACT's) identificados pela convenção P1 (P2, P3...), para a equipe diretiva (Coordenadores Pedagógicos) identificados pela convenção E1 (E2, E3 ...), e para quatro professores efetivos identificados pela convenção F1 (F2, F3...), os quais já foram mencionados neste trabalho.

Para a análise dos dados, foram estabelecidas três categorias, a fim de abranger as repostas coletadas e possibilitar assim uma análise mais precisa e fidedigna das contribuições do Currículo Funcional Natural para a Inclusão Socioeducativas dos alunos com Deficiência, que frequentam a Instituição. No entanto, para a construção dos quadros de análise foram selecionadas as respostas consideradas significativas para o assunto abordado dentro de cada uma das categorias de análise. Dessa forma, as respostas de todos os funcionários não foram descritas em todas as categorias. Além disso, estas categorias nortearão a condução do estudo, sendo então divididas em: **Gestão Educacional Democrática**

e Currículo Funcional Natural e Oficinas Terapêuticas; e Inclusão Socioeducativa.

Começo a análise pela categoria denominada **Gestão Educacional Democrática e Currículo Funcional Natural:** Ao ler as respostas dos participantes da pesquisa, é perceptível que todos compartilham de uma mesma opinião, ou seja, concordam que a Gestão Democrática é um processo continuo, que deve haver união de esforços para o desenvolvimento dos princípios da educação, na busca por uma educação de qualidade e na construção de uma escola com uma igualdade de objetivos, envolvendo todos os agentes do ensino. Abaixo no quadro trago os questionamentos realizados e alguns fragmentos das respostas dos entrevistados:

CATEGORIA DE ANÁLISE- GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL

1. Qual é a sua concepção sobre Gestão Educacional Democrática? E como você a viabiliza no desenvolver do trabalho pedagógico dentro deste espaço escolar, baseado no desenvolvimento do Currículo Funcional Natural?

RESPOSTAS:

PARTICIPANTE F1- Democracia participativa trata-se de uma tentativa de aperfeiçoar os interesses da convivência coletiva, que deve reconhecer e respeitar as diferenças, planejando e buscando decisões em beneficio do grupo, através do exercício coletivo dos gestores educacionais e do grupo escolar, envolvidos para alcançar os objetivos desejados por todos.

PARTICIPANTE F2- A Gestão tem por princípio fundamental o respeito pelo tempo e ritmo de aprendizagem de cada educando.

PARTICIPANTE E1- Na minha Concepção é que temos que trabalhar todos juntos, pela mesma causa, respeitando a opinião de todos.

PARTICIPANTE E3- A concepção de Gestão deveria ser sempre democrática, onde todos possam falar e ouvir para o melhor desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas no âmbito da entidade.

PARTICIPANTE P1- Gestão Educacional Democrática é o compromisso de todos na construção de uma escola de qualidade com os mesmos objetivos. Envolvendo gestor, professores, alunos, pais, comunidade... bem como, planejamento, responsabilidade, autonomia, cooperação, etc.

PARTICIPANTE P2- Essa nova forma de administrar a Educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo, que corroboram e fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem também a finalidade da escola.

PARTICIPANTE P3- É processual e continua visando o pleno desenvolvimento do educando em todas as áreas cognitivas e sociais.

Conforme os entendimentos expostos dos participantes pode-se observar que a escola é um espaço de construção da cidadania e formação do Ser. Nesta perspectiva reafirma-se o conceito proposto neste modelo de Gestão, que consiste no diálogo, na descoberta de diferentes formas de comunicação, estruturado e pautado em uma dimensão ética e de qualidade do processo educacional.

A Gestão Democrática, conforme Candau (1999, p.13), é constituída e tem por finalidade desenvolver o que atualmente perpassa o ambiente educacional, considerado o desafio do momento.

[...] ampliar, reconhecer e favorecer distintos lócus, ecossistemas educacionais, diferentes espaços de produção da informação e do conhecimento, de criação e reconhecimento de identidades, práticas

culturais e sociais. De caráter presencial e/ou virtual. De educação sistemática ou assistemática. Onde diversas linguagens são trabalhadas e pluralidade de sujeitos interagem, seja de modo planejado ou com caráter mais livre e espontâneo. (CANDAU, 1999, p.13)

Este reconhecer dos diferentes ambientes educacionais e o interagir entre os agentes do ensino e aprendizagem permitem que os processos educacionais desenvolvam-se pautados na diversidade de olhares, crenças e culturas. Dentro do espaço escolar esta multiplicidade deve ser instigada e estimulada a estarem interligadas e corroborarem-se, promovendo assim uma abrangência multidimensional do conhecer, que refletirá no desenvolvimento de uma proposta que alimente a formação para a vida, o crescimento pessoal e social, a fim de que as ações executadas na sociedade tenham reflexos positivos e de transformação dos espaços e de concepções.

Conforme Candau (1999), nesta perspectiva a Escola, tem por sentido maior "[...] formar pessoas capazes de ser sujeitos de suas vidas, conscientes de suas opções, valores e projetos de referência e atores sociais comprometidos com um projeto de sociedade e humanidade." (CANDAU, 1999, p.13).

A Gestão Educacional Democrática desenvolvida na perspectiva do Currículo Funcional Natural, de acordo com os participantes deste estudo, é viabilizada a partir da participação, da comunicação, entre gestores, professores e alunos. Neste sentido, configura-se relevante, pois a abordagem esta envolta nos princípios de conhecer o aluno, suas capacidades e necessidades, construir estratégias para a defesa dos interesses de cada educando, deliberando assim ações em prol de seus direitos e deveres, em fim presando pelo desenvolvimento cognitivo e social dos educandos.

Esses princípios ganham forma por meio da viabilização do trabalho pedagógico, através da troca de saberes entre os profissionais, de pesquisas, observações, estudos, relatos e anotações.

Abaixo no quadro segue alguns fragmentos das respostas dos entrevistados:

CATEGORIA DE ANÁLISE- GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA E CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL

1. E como você a viabiliza no desenvolver do trabalho pedagógico dentro deste espaço escolar, baseado no desenvolvimento do Currículo Funcional Natural?

RESPOSTAS:

PARTICIPANTE E3- O Currículo Funcional Natural também é um instrumento importante para isto, pois é levado em conta as necessidades, especificidades do educando e também as prioridades da família para o desenvolvimento pleno do mesmo, de forma global.

PARTICIPANTE F1- Neste processo, cabe a nos educadores participar defendendo os interesses de nossos educandos, pois sabendo de suas necessidades, temos as intenções para atuação nas deliberações, exercendo sobre o processo de planejamento e execução.

PARTICIPANTE F2- Possibilitando ao nosso educando sua participação efetiva no processo de ensino e aprendizagem.

PARTICIPANTE P2- No contexto do Currículo Funcional, a comunicação deve ser considerada a principal ferramenta, para que então se possa responder as necessidades individuais dos alunos e ter compreensão de suas capacidades, viabilizando o respeito, a educação, expressão corporal, seus direitos e deveres.

Conforme os trechos relatados acerca do Currículo Funcional, é perceptível que existe uma preocupação voltada para o aluno, para sua formação global e para a vida. Conforme Pereira. et.al (2011), o foco do ensino e aprendizagem nesta abordagem sempre será o educando.

O Currículo Funcional Natural é norteado por princípios que regem o ensino, ou seja, para que este se torne efetivamente significativo para a vida destes

educandos com Deficiência, este deve primordialmente considerar os multiambientes que os educandos frequentam. Para tanto, é essencial que o professor conheça o ambiente que o aluno reside, seu ciclo social e como é sua vida diária. Outro ponto relevante neste processo, conforme Pereira. et.al (2011), "[...] é inserir a família no processo ensino aprendizagem.[...]", pois é o trabalho em conjunto de Escola e Família, que culminaram em uma aprendizagem prática útil para o cotidiano destes educandos, para sua independência em tarefas diárias e para a vida em sociedade.

Em seguimento a discussão proposta, trago no quadro abaixo algumas respostas dos participantes, acerca de suas concepções sobre o Currículo Funcional Natural e sobre a importância das Oficinas desenvolvidas na escola. Desse modo, as questões que seguem contemplam a segunda categoria de análise denominada: Currículo Funcional Natural e Oficinas Terapêuticas.

CATEGORIA DE ANÁLISE- CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL E OFICINAS TERAPÊUTICAS.

6. Qual é a sua concepção de Currículo Funcional Natural?

RESPOSTAS:

PARTICIPANTE E1- Currículo Funcional Natural é ensinar conhecimentos e habilidades que possam ser usados pelo estudante que sejam úteis em diferentes ambientes e que continuem sendo úteis através do tempo e na sociedade.

PARTICIPANTE E3- Currículo Funcional Natural é uma educação para a vida, onde os conhecimentos culturais e sociais são elaborados e a pessoa com Deficiência pode adquiri-los de forma educacional e transferi-lo para a sua vida no cotidiano.

PARTICIPANTE F1- Habilitar o individuo, na sua independência, identificando e desenvolvendo propostas, afim de que ele possa participar e atuar na vida diária e regularmente.

PARTICIPANTE F3- Na minha concepção o Currículo Funcional Natural é trabalhar as atividades de vida diária (AVDs) e atividades de vida prática (AVPs) dos educandos para que ele possa obter mais independência e autonomia nas AVDs e AVPs.

PARTICIPANTE P1- É ensinar conhecimentos e habilidades que possam ser úteis em diversos ambientes do seu cotidiano. Compreende o que o educando esta necessitando aprender no momento atual ou a médio prazo.

PARTICIPANTE P3- É um conjunto de atividades que visam a construção dos processos de aprendizagem, promoção, auxílio efetivo no desenvolvimento global das Pessoas com Necessidades Especiais, Intelectual e Múltiplas, proporcionando uma melhor qualidade de vida.

Nas falas dos participantes, o aspecto que mais se destaca ao mencionar o Currículo Funcional Natural e suas contribuições para a vida dos educandos com Deficiência, esta centrado na busca pela qualidade de vida, bem como no aprender de conhecimentos que sejam benéficos e favoráveis para o seu cotidiano e para o seu conviver e atuar no meio social.

Neste viés a proposta do Currículo Funcional Natural, tem por finalidade desenvolver nos educandos os conhecimentos e as habilidades práticas, que os preparem para atuarem com autonomia, ou seja, estimulando-os a estarem preparados para as situações corriqueiras do dia a dia, para que possam resolver

independentemente situações problemas que surjam no meio em que estão inseridos, em fim gerenciar sua própria vida.

Para tanto, com o intuito de que o educando com Deficiência consiga alcançar o seu desenvolvimento global, dentro desta perspectiva proporcionada pelo Currículo Funcional Natural, cabe aos professores conjuntamente com a família traçar estratégias pedagógicas que os estimulem a progredir na realização continua e progressiva das atividades propostas no ambiente escolar e reiteradas no ambiente familiar. Dessa forma, são traçados planejamentos individuais, ou seja, são investigadas as habilidades e necessidades de cada educando, para posteriormente ser construído um Plano Educacional Individualizado (P.E.I), contemplando assim suas especificidades.

De acordo com Ciqueira (s/d, p.13) o planejamento individualizado,

[...] é um programa educacional que deve ser baseado nas necessidades atuais e futuras do aluno. Nesse programa de ensino, os objetivos são identificados a partir do contexto de vida do aluno e das informações sobre o conhecimento e habilidades que eles tem, bem como sobre aquelas que deverá aprender. (CIQUEIRA, s/d, p.13)

A idade cronológica e cognitiva de cada educando é um aspecto muito importante no momento da construção do P.E.I, pois os objetivos traçados devem considerar essas idades do educando, para que este não se frustre no momento do ensino e aprendizagem. Por tratar-se de educandos com Deficiência este ensino, deve ser sistemático e recorrente, para que o educando o internalize e o estruture mentalmente.

O pensar e refletir sobre o planejamento é de fundamental importância para que então, a implementação da proposta do Currículo Funcional Natural, possa atingir seu maior objetivo, que é proporcionar experiências práticas, melhorando a qualidade de vida dos educandos com Deficiências.

Nesta linha de pensamento abordo neste momento da escrita, as Oficinas Terapêuticas que a Escola lócus desta pesquisa, proporciona a seus educandos com Deficiência Mental Moderada, Deficiência Física, Síndrome de Down, com idade inicial de 17 anos até idade adulta. Dentre as Oficinas Terapêuticas encontramos as seguintes áreas abrangidas: Culinária, Ambiental e Jardinagem, Artesanato e Reciclagem. A escola possui também uma sala de aula voltada para a Iniciação para o Trabalho (ITP).

As Oficinas são oportunizadas conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola (2014), com intuito de proporcionar aos educandos com Deficiência, um treinamento para seu possível futuro ingresso no mercado de trabalho. No entanto, para os educandos que não demonstram condições para atuar no mercado de trabalho competitivo devido ao seu grau de Deficiência, apresentando perante avaliações realizadas para o encaminhamento a vagas de trabalho que são ofertadas a Instituição, as Oficinas tornam-se uma opção permanente.

As Oficinas Terapêuticas tem por objetivo, oportunizar a estes educandos, atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos de aprendizagem, que os incentivem a continuar as atividades em seus lares, com a finalidade de contribuírem com o orçamento doméstico, promovendo assim sua inclusão familiar e social.

Abaixo trago algumas repostas dos participantes da pesquisa, demonstrando esta importância das Oficinas Terapêuticas, para o desenvolvimento global dos educandos que delas participam.

CATEGORIA DE ANÁLISE- CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL E OFICINAS TERAPÊUTICAS

4. Em sua opinião, qual a importância que as oficinas que a escola proporciona, sobre o viés do Currículo Funcional Natural, para o desenvolvimento dos educandos que delas participam? Por quê?

RESPOSTAS:

PARTICIPANTE E3- A Instituição oferece Educação Especial para crianças, jovens e adultos de todas as idades. As Oficinas são importantes porque promovem atividades de vida prática, que tornarão cada vez mais independentes e autônomos a pessoa com Deficiência.

PARTICIPANTE F1- Através das Oficinas buscamos oportunizar atividades visando, conhecer, compreender e reestruturar o que o aluno sabe, valorizando suas habilidades proporcionando assim sua independência e autonomia. Para que ele possa fazer uso desses conhecimentos na sua vida diária.

PARTICPANTE F2- Nos dá a possibilidade de reconhecer nosso educando como sujeitos singulares, porque objetivamos prepara-los para a vida.

PARTICIPANTE P1- É de grande importância, porque possibilita a eles vivencias que promovem a autonomia, independência, autoestima, nos aspectos pessoais e sociais, priorizando o bem estar físico e mental. Oportuniza desenvolver habilidades e competências dentro da oficina terapêutica que cada educando está inserido.

PARTICIPANTE P3- Proporcionar condições ao educando dentro de suas potencialidades e possibilidades, que possam desenvolver práticas pedagógicas em sala de aula, através das atividades que os envolvam e os integrem na escola, e a partir delas venham adquirir novos conhecimentos e uma maior inclusão no seu grupo familiar e social.

PARTICIPANTE P4- As oficinas se fazem importantes por permitirem perceber as singularidades dos alunos, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Percebe-se que os educandos com Deficiência que participam destas Oficinas, são preparados para o convivo social, para o despertar do sentimento de pertencimento a uma comunidade, trabalhando sua criatividade e espontaneidade. Instigando-os a ter responsabilidades para com o seu crescimento socioeducativo, possibilitar o autoconhecimento, a autogestação de suas ações e comportamentos.

Associado a todos estes aspectos, um ponto primordial do trabalho a ser exercido, está centrado no apoio constante da família. O reconhecimento familiar das potencialidades e possibilidades dos educandos com Deficiência demarca o

primeiro passo para a Inclusão destes nos diversos setores sociais. Pois, conforme autora Menezes (2006, p.23) ao falar sobre o Paradigma da Inclusão, ressalta que este "[...] representou e representa uma luta constante e significativa da população mundial em busca de respeito a direitos básicos de cidadania e igualdade de oportunidades [...]".

De acordo com Sassaki (1998) em uma entrevista cedida a Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação e do Desporto, e publicada na Revista Integração (NI 20, Ano 8, p. 8-10, 1998), ao falar sobre os preconceitos e as barreiras que a Inclusão enfrenta no meio social, destaca que para a eliminação ou redução destes, o enfoque terá que ser a sensibilização social, ou seja, a busca pela mudança da atitude que as pessoas direcionam o olhar para o OUTRO deficiente. Neste sentido, o autor profere no intuito de que possamos ver nesta pessoa com Deficiência suas habilidades e o quanto pode contribuir para o crescimento do seu meio familiar e social. Esta visão se configura como mais um passo, para o estabelecimento do convívio na diversidade humana.

A próxima categoria de análise compreende todos esses aspectos do processo educacional oportunizados aos educandos com Deficiência, pela Instituição, com a finalidade de promover a melhora na qualidade de vida bem como na aquisição de conhecimentos e na preparação para a vida em sociedade. Abaixo trago o quadro com os fragmentos das respostas dos participantes:

CATEGORIA DE ANÁLISE: INCLUSÃO SOCIOEDUCATIVA

7. Como você compreende a relação entre Currículo Funcional Natural e Inclusão Socioeducativa?

RESPOSTAS:

PARTICIPANTE E3- Esta relação transforma positivamente a vida da pessoa com Deficiência permitindo a inclusão em todos os ambientes sociais, que todas as pessoas tenham acesso e possam permanecer nelas, com autonomia.

PARTICIPANTE F3- Facilitará sua inclusão, conseguirá se socializar com mais facilidade e qualidade.

PARTICIPANTE F4- Direciona o ensino de acordo com as habilidades compatíveis a idade, bem como ensino da comunicação, visando o ensino de atividades de vida (profissionais/trabalho).

PARTICIPANTE P2- Propicia a preparação para a educação profissional, orientar e estimula a continuidade das atividades propostas em seus lares, como forma de contribuição no orçamento doméstico e provendo a sua inclusão familiar e social.

PARTICIPANTE P4- O Currículo Funcional Natural prepara dentro do contexto os educandos, para que os mesmos sejam incluídos assim com menos impacto na sociedade.

8. Em sua opinião, quais as contribuições que o Currículo Funcional Natural proporciona aos educandos com Deficiência que estão iniciando sua vida profissional na sociedade?

RESPOSTAS:

PARTICIPANTE E2- O Currículo Funcional Natural proporciona desenvolver habilidades básicas ensinadas que sejam funcionais e possam ser utilizadas

ao longo da vida. Faz-se necessário um ensino sistematizado e periódico com procedimentos através de estratégias verbais e visuais.

PARTICIPANTE E3- Neste processo de inclusão social, quanto maior a autonomia da pessoa com Deficiência maior será sua inclusão em todos os ambientes como no mundo do trabalho, é importante a autogestão e aprender a conviver com as diferenças. E esta aprendizagem será mais suave se todos os participantes souberem sua função e trabalharem em conjunto, pois são as diferenças que nos constituem como pessoas únicas.

PARTICIPANTE F2- O Currículo Funcional Natural habilita os educandos com um repertório útil e os torna mais produtivos e independentes, podendo assim conquistar a participação efetiva e o respeito de todos.

PARTICIPANTE P3- A capacidade de trabalhar em forma cooperativa, de fazerem-se novas perguntas e procurar caminhos criativos para colocar em prática suas ideias.

PARTICIPANTE P4- De modo geral, oferece oportunidades para nossos alunos, aprenderem naturalmente habilidades que são importantes para tornalos mais independentes, produtivos e felizes em diversas áreas importantes da vida humana em família e em comunidade.

Quando abordamos a temática da Inclusão, reflexões são necessárias, pois o conceito da palavra é subjetivo para cada pessoa. Os entendimentos acerca das possibilidades de cada indivíduo dentro de um determinado contexto social, não podem estar espreitados em suposições ou afirmações sem o devido conhecimento de suas habilidades e potencialidades. Julgar e predeterminar as ações ou funções que cada indivíduo pode exercer é retirar deste o direito de escolha, de ser independente, é um desrespeito pela sua dignidade inerente.

Nesta linha de pensamento podemos verificar nos fragmentos das respostas dos participantes, que o desenvolvimento do Currículo Funcional Natural dentro de escolas especiais, tem oportunizado e gerado a transformação da vida dos

educandos, permitindo a estes a socialização em diferentes ambientes sociais. Esta metodologia de ensino viabiliza um ensino e aprendizagem para a vida, com qualidade e experiência prática, encaminhando estes educandos com Deficiência para o exercer da cidadania consciente, ou seja, os preparando para o convívio de trocas reciprocas de conhecimentos na sociedade.

Quando faço alusão a trocas recíprocas, procuro abordar as relações que se estabelecem no meio social e educacional, entre pessoas com Deficiência e sem Deficiência, ou seja, a pessoa com Deficiência ensina constantemente ao seu diferente, que este deve olhá-lo com amor, com respeito, que deve apreender a compreendê-lo, a aceita-lo, que não deve rotula-lo como incapaz, pois dentro de suas possibilidades este sempre procurará fazer seu melhor, desempenhar suas funções e/ou atividades, com dedicação. De acordo com Tonini (2009, p.30) em seus estudos embasados na teoria Vygotskiana, ressalta que,

Vygotsky acreditou que as possibilidades de desenvolvimento que uma pessoa com deficiência pode apresentar são determinadas não exclusivamente pelas suas limitações orgânicas, mas principalmente pelas vivencias possibilitadas a essas pessoas. Neste sentido, afirmou que as escolas precisam desenvolver praticas cuja ênfase esteja na educação social desses alunos e no potencial que eles apresentam para se desenvolver. (TONINI, 2009, p.30)

É nesta relação de ensino-aprendizagem mútua entre educadores e educandos, pessoas com e sem Deficiência, que o ato de ensinar ultrapassa as paredes da sala de aula, englobando o "SER" a "PESSOA" e suas emoções, que refletem no convívio diário e ajuda na formação cidadã de cada individuo, seja este deficiente ou não.

De acordo com o teórico Maturana (s/d) esta convivência diária, constitui-se como um constante conversar, englobando as experiências, as ideias, os sentimentos, as frustrações, as angustias, propiciando assim aos indivíduos a interação, influenciando os comportamentos, deixando bem explicito a relevância da relação do ser humano com o meio, no seu processo de desenvolvimento.

Em seguimento as discussões propostas, trago mais alguns fragmentos das respostas dos participantes deste estudo. Nestes fragmentos são abordados os entendimentos dos professores acerca da forma como conduzem seu trabalho no espaço escolar com vistas à preparação dos seus educandos para a vida em sociedade.

CATEGORIA DE ANÁLISE: INCLUSÃO SOCIOEDUCATIVA

9. Como você se sente ao desempenhar seu trabalho, neste espaço escolar, desenvolvendo a proposta do Currículo Funcional Natural, em relação à preparação de seus educandos para a vida profissional e social?

RESPOSTAS:

PARTICIPANTE F1- Como professor, devemos intervir nesse processo buscando mudanças, sendo mediadores e estabelecendo um vinculo de respeito e troca entre aluno e professor. Entendo que somos seres únicos em processo de transformações constantes e não somos detentores do saber, precisamos e devemos buscar parcerias com a família.

PARTICIPANTE F2- É bom poder proporcionar aos educandos oportunidades efetivas de educação, de trabalho e convívio social. Possibilitando-os a fazer escolhas, opções, fazer amigos, adquirir competências significativas e principalmente ser algo de respeito.

PARTICIPANTE F3- Na qualidade de educadora, sinto-me gratificada com a possibilidade de ensinar habilidades úteis, que possam ser usadas pelos educandos momentaneamente e ao longo da vida, em diversos ambientes que contribuam com sua independência, produtividade e felicidade.

PARTICIPANTE P1- Estou contente é uma proposta voltada para o conhecimento do aluno, adequado à idade cronológica, preparação para a vida... Consciente do meu papel como mediadora venho desenvolvendo atividades com vistas à inclusão profissional da pessoa com deficiência intelectual significativa. No momento estão inseridos no mercado de trabalho seis alunos e todos já passaram pelo estágio de experiência. Permanece em sala de aula, mais seis alunos, dois aguardam serem chamados para entrevistas, os demais as famílias não permitem no momento que trabalhem.

PARTICIPANTE P2- É com grande satisfação, por acreditar na potencialidade e não ter receio que nossos educandos possam ser inseridos na sociedade, focando a conquista da sua própria independência por meio do trabalho.

PARTICIPANTE P3- Procuro passar ao educando condições para que dentro de suas possibilidades e das diversidades que estão presentes no nosso cotidiano, possa integrar-se como parte do meio familiar, escolar e social, resgatando os valores, direitos e deveres como cidadãos.

Podemos perceber que os professores identificam-se com a metodologia do Currículo Funcional Natural e procuram buscar desenvolver atividades que contemplem as especificidades e necessidades de cada um dos seus educandos.

O ensino proporcionado aos educandos com Deficiência, giram em torno de um processo continuo na quebra das barreiras sociais, através da mediação durante o desenvolvimento do processo até a Inclusão profissional destes educandos, como podemos verificar na fala da Professora P1. Neste sentido, ressalta-se novamente que o apoio familiar é primordial para que o ensino ministrado no espaço escolar tenha continuidade no espaço familiar. Essas parcerias entre Escola e Família, fazem com que as mudanças tornem-se mais palpáveis.

Este pensamento corrobora com as ideias da autora Tonini (2009, p. 18), quando fala sobre o desenvolvimento de pessoa com Déficit Cognitivo, que só será entendido a partir do momento que passar a ser visto e compreendido como um processo rodeado por possibilidades que permitem o superar das dificuldades e barreiras, visando assim o desenvolvimento global do aluno.

Assim, além de ser fundamental o trabalho mediado e preocupado com as potencialidades e o tempo de cada um, também evidenciamos a relevância da escola "(...) desenvolver práticas pedagógicas significativas a todos os seus alunos, respeitando ritmos de aprendizagem e necessidades individuais diferentes" (TONINI, 2009, p.38). Para isto, "(...) cabe ao professor, no seu planejamento, organizar o

trabalho em sala de aula de forma que consiga envolver todos os alunos no desenvolvimento das atividades" (TONINI, 2009, p.38).

No que se refere então à esta preocupação e comprometimento com relação às estratégias de ensino, podemos observar como ponto positivo presente nas falas destes professores o seu empenho, dedicação, carinho e reconhecimento com que pensam e procuram concretizar as aprendizagens, através das trocas de experiências e a constante busca por novos conhecimentos, pois ser professor é estar em permanente reciclagem de saberes e acima de tudo estar disposto a ouvir e auxiliar o outro, na construção e formação do seu próprio conhecimento.

É nesta tentativa de igualar as oportunidades entre todos, que o princípio da Inclusão Socioeducativa reafirma-se no ato de se ensinar para a vida, com qualidade, conquistando assim o respeito e a conscientização de todos acerca das capacidades dos educandos com Deficiência. Além disso, a participação efetiva e ativa destes indivíduos no cenário educacional e social configura-se como avanços significativos no seu desenvolvimento global, contribuindo assim para a independência e formação cidadã destes indivíduos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS "POSSÍVEIS"

Acredito que a temática abordada neste Trabalho Monográfico, e que procurei discutir durante a sua escrita não esgotasse neste estudo. Compreendo que a partir das discussões realizadas, outras questões poderão surgir e assim contribuir para novos estudos e pesquisas. No entanto, com a necessidade de fazer-se uma conclusão para este trabalho e proporcionar melhor compreensão do leitor, retomarei alguns dados que abordei durante sua escrita, assim como tentarei elucidar alguns aspectos que considero essenciais para que possamos compreender a relevância do desenvolvimento do Currículo Funcional Natural para a Inclusão Socioeducativa de pessoas com Deficiência.

Primeiramente busquei realizar um resgate da história educacional das pessoas com Deficiência, discutindo os olhares sociais sobre esta, no intuito de reconhecer que estes indivíduos também são capazes de contribuir ativamente com o meio social. Este reconhecimento configura-se inicialmente com o acesso a educação por estes, o que demarcou um avanço em prol de novas conquistas sociais e inclusivas no cenário da Deficiência.

No decorrer deste estudo, por se tratar de uma proposta de ensino voltada ao modelo de Gestão Democrático, foi realizado um estudo histórico das fases de gerenciamento escolar até se chegar ao modelo mais amplo de democracia dentro deste espaço de formação e construção dos saberes. Na perspectiva do Ensino Especial, podemos verificar que este modelo de Gestão Democrática, tem oportunizado a harmonia e a busca por uma educação que vise à qualidade do ensino e aprendizagem. Visando também o diálogo constante, o fazer coletivo em prol de um único objetivo, com dedicação e persistência, congregando a multiplicidade de olhares e entendimentos, refletindo assim em trocas de saberes e na promoção de uma educação para a melhora da vida destes indivíduos.

O educando neste contexto é o foco primordial, ou seja, as propostas didático-pedagógicas estão envoltas na realidade vivenciada por cada educando, permitindo assim uma riqueza de experiências práticas, que corroboram para seu desenvolvimento global e para a sua formação cidadã.

Sobre este aspecto da vida em família e na sociedade, que o Currículo Funcional Natural tem centradas suas bases estruturantes, pois é na construção

coletiva, na interação entre os multiambientes que os alunos frequentam que proporcionam as transformações nas concepções e na sua formação enquanto seres pertencentes a uma comunidade, detentores de direitos e deveres, instituídos legalmente.

No decorrer da escrita deste trabalho, com as reflexões e discussões relativizando os termos: Currículo Funcional Natural, Deficiência, Inclusão Socioeducativa e Gestão Escolar e com base nos fragmentos das falas dos participantes, é perceptível que este modelo de Gestão Democrática associado a abordagem proposta pelo Currículo Funcional Natural, contribui imensamente para a formação dos educandos com Deficiência. Através desta proposta de educação, aos educandos são ofertadas as ferramentas para que possam atuar no seu meio familiar de forma autônoma, sabendo gerenciar suas vidas, suas escolhas, o que naturalmente também contribui para a vida diária em sociedade.

Quando se faz menção ao meio social, não podemos deixar de pensar sobre questões profissionais. Neste viés associado as práticas desenvolvidas em sala de aula, outro aspecto já ressaltado é a participação efetiva da família na escola, pois se as mudanças começarem nas concepções dos integrantes da família, sobre as possibilidades e capacidades dos educandos com Deficiência, sua futura participação no meio social, torna-se algo mais palpável e próximo de se concretizar.

O fator primordial quando pensamos e redimensionamos o lugar da Deficiência no cenário educativo e social, tem por ponto imediato de alteração as concepções sociais, transformando os espaços e assim passando a possibilitar a mudança de atitudes, o que ocasiona uma abertura na organização de suas estruturas, em prol do exercício do convívio na diversidade humana. Dessa forma, este convívio passa a delinear o marco para uma sociedade inclusiva, ou seja, um ambiente em que ser deficiente não se configura como um sinônimo de ser ineficiente.

Neste sentido, que a partir da aplicação dos questionários semiestruturados para quatro professores efetivos, a equipe de coordenadores e para quatro professores contratados em caráter temporário, que objetivei verificar de que forma o Currículo Funcional Natural contribui para a Inclusão Socioeducativa de pessoas com Deficiência na sociedade. Partindo da análise dos dados nas três categorias percebe-se que a proposta desempenhada com a aplicabilidade do Currículo Funcional Natural tem auxiliado e estimulado a melhora progressiva da qualidade de

vida dos educandos com Deficiência. Além disso, tem instigado mais as famílias a (re) conhecer seus filhos (as) como agentes de sua própria vida, capazes de se autogerir e contribuir em seus lares.

Dessa forma, que o papel do exercer do Currículo Funcional Natural nos espaços de Ensino Especial, configura-se como um fator essencial e de extrema relevância no âmbito da Deficiência. Faço alusão a esta metodologia de ensino, porque esta denota e direciona as possibilidades de atuação das pessoas com Deficiência, ou seja, cabe a escola e a sociedade proporcionarem ambientes que atendam as especificidades de cada indivíduo, assim como, disponibilizar as ferramentas e instrumentos que se fazem necessário para que estes sujeitos possam desenvolver seu trabalho de forma satisfatória, o que reflete e tem como resultado a promoção de uma vida digna e igualitária a de seus coetâneos sem Deficiência.

Portanto, o termo Inclusão Socioeducativa, como já mencionado no decorrer deste estudo é algo que é subjetivo a cada indivíduo. Sendo assim, para compreender o que significa esta Inclusão é necessário estar aberto à reflexão, principalmente no que tange a alteridade deficiente.

Consequentemente, esta Inclusão Socioeducativa só acontecerá efetivamente, embora os primeiros passos já tenham sido realizados, como por exemplo, a implementação e o desenvolvimento do Currículo Funcional Natural, no momento em que nós, sociedade em geral, compreendermos e respeitarmos as diferenças individuais e a diversidade humana.

7 REFERÊNCIAS

AMARO, A; PÓVOA, A; MACEDO, L. **A arte de fazer questionários. Metodologias de investigação em educação.** Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Departamento de Química. Ano letivo 2004/2005. Consultado em 13 de Novembro de 2012. Disponível online em: http://www.jcpaiva.net/getfile.php?cwd=ensino/cadeiras/metodol/20042005/894dc/f94 c1&f=a9308.

ANDRÉ, M. **PESQUISA EM EDUCAÇÃO: BUSCANDO RIGOR E QUALIDADE.** Cadernos de Pesquisa, n. 113, p.51-64, julho/2001. Texto baseado na Conferência apresentada no III Seminário de Pesquisa em Educação- Região Sul, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS- Porto Alegre, dez. 2000.

BARBOSA, Jane Rangel Alves. **Administração pública e a escola cidadã.** – ANPAE. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 217-226, jul/dez, 1999.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Revista Educação Popular, Uberlândia, v. 6, jan./dez., 2007.

BRASIL, CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994

BRASIL. Constituição Federal. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n°9394/96 -Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

CANDAU, V.M. Construir Ecossistemas Educativos- Reinventar a Escola. Texto publicado em: Nuevamericana/ Novamericana, Rio de Janeiro, n.84, dezembro 1999.

CAMPOS, S.M.G.de; MARTINS, R.M.L. **Educação Especial: aspectos históricos e evolução conceptual**. Millenium: Educação, Ciência e Tecnologia. Consultado em 13 de Novembro de 2012. Disponível online em http://www.ipv.pt/millenium/Millenium34/17.pdf.

CERQUEIRA, M.T. A. **CURRÍCULO FUNCIONAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL DE 12 A 18 ANOS.** (s/d); p. 1- 27. Consultado em 28 de Agosto de 2014. Disponível online em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1068-4.pdf.

DRABACH, N. P.; MOUSQUER, M. E. L. **Dos primeiros escritos sobre Administração Escolar no BRASIL aos escritos sobre Gestão Escolar:** mudanças e continuidades. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.2, pp.258-285, Jul/Dez 2009.

FERREIRA, N.S.C. **REPENSANDO E RESSIGNIFICANDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NA "CULTURA GLOBALIZADA"**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D, T (org). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberto do Brasil- UAB/UFRDS e pelo Curso de Graduação Tecnólogica- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.2, p.57-63. Mar./Abr. 1995

LIMA, P.A., VIEIRA, T. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. – São Paulo: Avercamp. Editora, 2006, 176 p.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. –Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MATURANA, H. O que é educar?. Consultado em 24 de Agosto de 2014. Disponível

http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/paradigmas/maturana/oqueeducar.html

MAZZOTTI, A. J. A. **USOS E ABUSOS DOS ESTUDOS DE CASO**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129,p.637-651, set./dez. 2006

MEC, Portal do. **CONVENÇÃO DA GUATEMALA (1999)**. Consultado em 18 de dezembro de 2012, às 16h03min. Disponível online em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3956.pdf

MOREIRA, A. F. B. **SOBRE A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA.** Textos da série Currículo: conhecimento e cultura. Livro: Saldo para o Futuro. Ano XIX – Nº 1 – Abril/2009. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação.

PÉREZ, F. C. et.al. **Ensinar ou Aprender a Ler e a Escrever**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

POSSA, L. B. **Metodologia da Pesquisa. Curso de Especialização à Distância em Educação Especial:** déficit cognitivo e educação de surdos: módulo I / [Ana Cláudia Pavão Siluk... [et.al]].- Santa Maria:UFSM, CE, Curso de Especialização à Distância em Educação Especial, 2008. 193 p: il.

SCHIFF, Michel. A inteligência desperdiçada: Desigualdade social, injustiça escolar. Tradução de Walkiria Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

SANTOS, Lucíola. **A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO**: **Seleção do conhecimento escolar.** Textos da série Currículo: conhecimento e cultura. Livro: Saldo para o Futuro. Ano XIX – Nº 1 – Abril/2009. Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação.

SARTORETTO, M. L. M. **Inclusão: teoria e pratica.** Artigo do livro: Ensaios pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 146p. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores-Educação Inclusiva: direitos à diversidade.

SUPLINO, M. Currículo Funcional Natural: guia prático para e educação na área do autismo e deficiência mental- Brasília: Secretaria da Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; São Paulo: AMA, 2007. 73p.: 21cm. (Coleção de Estudos e Pesquisas na Área da Deficiência; v. 11).

TONINI, A. Caracterização do Déficit Cognitivo. Métodos educativos e áreas do desenvolvimento. In: **Curso a distância de Especialização em Educação Especial.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. 2009. P.18-35.

TONINI, A. O processo de identificação e diagnóstico do déficit Cognitivo. In: **Curso a distância de Especialização em Educação Especial.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. 2009.

TONINI, A. Caracterização do Déficit Cognitivo. Alternativas metodológicas. In: **Curso a distância de Especialização em Educação Especial.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. 2009. p.38-46

ANEXOS

ANEXO A- Carta de apresentação



Cidade, de mês de 2014.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

	Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a):

Vimos apresentar a acadêmica do Curso de PG em Gestão Educacional EAD, do Programa de Pós-Graduação lato sensu, que está cursando a Disciplina Elaboração de Defesa de Monografia no segundo semestre de 2014. Tal componente curricular objetiva propiciar estudos, reflexões e o desenvolvimento da pesquisa final de curso sobre a realidade de instituições de ensino, contribuindo para que, já na pós-graduação, as(os) acadêmicas(os) possam estar se preparando para o trabalho de futuros(as) gestores(as) educacionais.

Assim,	apresentamos	а	acadêmica

Solicitamos que esta acadêmica seja autorizada a realizar atividades de questionário semiestruturado com profissionais de educação. Salientamos que os dados não serão tornados públicos, servindo para que a pesquisa seja beneficiada com mais organicidade e profundidade, a partir do cotidiano da instituição de ensino. Os nomes das pessoas e da instituição serão mantidos em sigilo (salvo quando houver manifestação e vontade dos sujeitos ou da escola em querer ser identificado).

Desde já somos profundamente gratos pela disponibilidade e colaboração de cada instituição de ensino, profissional ou estudantes. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e colaborações de nossa parte.

Atenciosamente,

Pro^a. MS ^a. Eliziane Tainá Lunardi Ribeiro

Prof^a. Responsável da disciplina e orientadora da pesquisa de Elaboração de Trabalho Monográfico.

ANEXO B- Questionários semiestruturados para os professores efetivos professores contratados em caráter temporário e coordenadores pedagógicos.

Questionário para os Professores

- 1. Qual é seu nome?
- 2. Qual a função que desempenha na Instituição?
- 3. Qual turma leciona?
- 4. Em sua opinião, qual a importância que as oficinas que a escola proporciona, sobre o viés do Currículo Funcional Natural, para o desenvolvimento dos educandos que delas participam? Por quê?
- 5. Qual é a sua concepção sobre Gestão Educacional Democrática? E como você a viabiliza no desenvolver do trabalho pedagógico dentro deste espaço escolar, baseado no desenvolvimento do Currículo Funcional Natural?
- 6. Qual é a sua concepção de Currículo Funcional Natural?
- 7. Como você compreende a relação entre Currículo Funcional Natural e Inclusão Socioeducativa?
- 8. Em sua opinião, quais as contribuições que o Currículo Funcional Natural proporciona aos educandos com Deficiência que estão iniciando sua vida profissional na sociedade?
- 9. Como você se sente ao desempenhar seu trabalho, neste espaço escolar, desenvolvendo a proposta do Currículo Funcional Natural, em relação à preparação de seus educandos para a vida profissional e social?

Questionário para Coordenadores

- 1. Qual é seu nome?
- 2. Qual a função que desempenha na Instituição?
- 3. Em sua opinião, qual a importância que as oficinas que a escola proporciona, sobre o viés do Currículo Funcional Natural, para o desenvolvimento dos educandos que delas participam? Por quê?

- 4. Qual é a sua concepção sobre Gestão Educacional Democrática? E como você a viabiliza no desenvolver do trabalho pedagógico dentro deste espaço escolar, baseado no desenvolvimento do Currículo Funcional Natural?
- 5. Qual é a sua concepção de Currículo Funcional Natural?
- 6. Como você compreende a relação entre Currículo Funcional Natural e Inclusão Socioeducativa?
- 7. Em sua opinião, quais as contribuições que o Currículo Funcional Natural proporciona aos educandos com Deficiência que estão iniciando sua vida profissional na sociedade?

ANEXO C- termo de consentimento livre e esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo:
Pesquisador(es) responsável(is): Nome do(a) aluno(a); Eliziane Tainá Lunardi
Ribeiro.
Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria - PG Gestão
Educacional EAD
Local da pesquisa:
Prezado(a) Senhor(a):
Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa do Trabalho
Monográfico intitulado,, de forma totalmente
voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa é muito importante que
você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os
pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir
a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer
momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha
direito.
Objetivo do estudo:
Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar do
questionário semiestruturado, proposta pelos(as) pesquisadores(as).
Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, e
promoverá um espaço de formação com todos os participantes;
Riscos. A participação na pesquisa não representará qualquer risco de ordem física
ou psicológica para você, no entanto qualquer desconforto emocional durante a

entrevista poderá ser relatado e você poderá desistir do estudo em qualquer

momento;

Sigilo. Certificamos que os dados coletados na pesquisa serão utilizados conforme foram divulgados no contexto e os nomes serão fictícios para que se preserve a identidade dos sujeitos.

Caso houver novas perguntas sobre este estudo poderá se contatar a Professora Orientadora Eliziane Tainá Lunardi Ribeiro, no telefone (55) 3221- 5909 para qualquer esclarecimento sobre os direitos como participantes deste estudo ou de algum forma forem prejudicados(as) pela participação na investigação

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _______, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Cidade ,, de més de 2014.
Assinatura
Pesquisador(a)
Nome do(a) pesquisador(a)
CI -

Pesquisador(a) responsável Eliziane Tainá Lunardi Ribeiro CI – 6080214973